



## GESTÃO TERRITORIAL E GOVERNANÇA AMBIENTAL NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL IGAPÓ AÇU - AMAZONAS

Territorial management and environmental governance in the Igapó Açú Sustainable Development Reserve (Amazonas)

Marília Gabriela Gondim Rezende<sup>1</sup>  
 Silvana Pereira Lima de Queiroz<sup>2</sup>  
 Fabiane Araújo de Oliveira<sup>3</sup>  
 Therezinha de Jesus Pinto Fraxe<sup>4</sup>

**Resumo:** As Unidades de Conservação, atualmente, têm sido o principal estratagema conservacionista do Estado do Amazonas utilizado para a reprodução dos ecossistemas amazônicos. Nesse sentido, o objetivo deste artigo foi analisar a gestão territorial da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açú e seus desdobramentos na governança ambiental desta Unidade de Conservação (UC). Esta UC possui uma particularidade territorial que a destaca, se comparada às demais áreas protegidas do Amazonas, pois é atravessada por uma rodovia federal, a BR-319. Essa peculiaridade desvela a importância da análise da gestão territorial, visto a miríade de interesses e atores sociais envolvidos. Para atingir o objetivo proposto foram utilizados diversos instrumentos metodológicos, como aplicação de formulários, entrevistas abertas, e a construção da Matriz F.O.F.A. Pode-se inferir, após a análise dos dados, que entraves e conflitos existem e necessitam de mitigação, entretanto, os pontos positivos elencados são mais expressivos que os negativos, evidenciando a importância das UC para a política ambiental do estado no Amazonas.

**Palavras-chave:** Gestão. Território. Potencialidade.

**Abstract:** Conservation Units, nowadays, have been the main conservationist stratagem of the state of Amazonas used for the reproduction of Amazonian ecosystems. In this sense, the objective of this article was to analyze the territorial management of the Igapó Açú Sustainable Development Reserve and its developments in the environmental governance of this Conservation Unit (CU). This Protect Area has a territorial peculiarity when compared to the other UC of the Amazonas state. A federal road crosses it, the BR-319. This peculiarity reveals the importance of territorial management analysis, considering the myriad interests and social actors involved. Then, to reach the proposed objective, several methodological instruments were used, such as the application of forms, open interviews, and the construction of the SWOT Matrix. It can be inferred, after the analysis of the data, that obstacles and conflicts exist and they must need to be mitigated, however, the positive points are more expressive than the negative ones. This way it is evidencing the importance of CU's to environmental policy in Amazonas state.

**Keywords:** Management. Territory. Potentiality.

**Como citar este artigo:** REZENDE, M. G. G.; QUEIROZ, S. P. L.; OLIVEIRA, F. A.; FRAXE, T. J. P. Gestão territorial e governança ambiental na reserva de desenvolvimento sustentável Igapó Açú - Amazonas. *Areté - Revista Amazônica de Ensino de Ciências*, Manaus, v.10, n.21, p. 38–49, Número especial, 2017.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA/UFAM. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: [mariliageoufam@gmail.com](mailto:mariliageoufam@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA/UFAM. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: [silima35@hotmail.com](mailto:silima35@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA/UFAM. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: [fabiane.araujo29@gmail.com](mailto:fabiane.araujo29@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA/UFAM. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: [tecafraxe@uol.com](mailto:tecafraxe@uol.com)

## Introdução

Atualmente, o debate emergente sobre gestão territorial e gestão ambiental tem sido amplamente reiterado no âmbito da academia, devido às diferentes concepções acerca do assunto e de seus desdobramentos (BARRETTO-FILHO e CORREIA, 2009). Mafra e Silva (2004) inserem novos elementos no entendimento da gestão territorial, a partir das atividades produtivas e de suas diferentes formas de utilização pelos atores sociais implexos.

Para Ladwig e Schwalm (2014) a gestão territorial constitui-se pelas estratégias de planejamento das decisões e das consequências dessas deliberações no ordenamento do território. A gestão ambiental emerge paralelamente à gestão territorial, porém é consideravelmente mais ampla. Refere-se à constelação de ações que objetivam o uso racional dos recursos naturais, é um processo de gerenciamento que condensa desenvolvimento e conservação.

Segundo Nascimento (2012) a gestão ambiental pública centra-se e organiza-se a partir do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que se constitui por um órgão superior, o Conselho de Governo; por um órgão consultivo, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), por um órgão central, o Ministério do Meio Ambiente (MMA); por um órgão executor, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA); e por órgãos setoriais, seccionais e locais.

Desta forma, devido à diversidade de esferas, escalas e atores sociais envolvidos, optou-se por analisar a gestão territorial da RDS Igapó Açu. Entende-se por gestão territorial, o *modus operandi* da rede de articulação política face aos processos de tomada de decisão.

### ***Plano de gestão e a constituição da gestão territorial da RDS Igapó Açu***

O Plano de Gestão é o principal instrumento de auxílio à gestão de uma UC. Na RDS Igapó Açu este instrumento foi elaborado a partir de várias etapas. As primeiras reuniões para a discussão e construção do Plano de Gestão ocorreram em 2013, se estendendo até 2014.

Para a realização do planejamento do Plano de Gestão foram realizadas várias reuniões, que se iniciaram em janeiro de 2013, entretanto, o ano de criação da UC foi em 2009, por meio do Decreto N° 28.420. Após a criação da UC e antes da implementação do Plano de Gestão, ocorreram algumas transformações importantes, com vistas à gestão territorial, com destaque para o planejamento de insumos centrados no Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA).

O ARPA é um programa criado pelo Governo Federal, coordenado pelo MMA, a partir dos recursos financeiros do *Global Environment Facility* (GEF), e gerido pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). Possui diversas políticas voltadas à conservação. Na RDS Igapó Açu atua por meio do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), e promove a articulação entre as diversas esferas da sociedade com o intuito de promover e fortalecer a conservação da biodiversidade.

Este programa tem fornecido os recursos financeiros necessários para a gestão efetiva da RDS Igapó Açu, visto a carência de incentivos financeiros efetivados pelo Estado do Amazonas. Desta forma, o ARPA tem sido o principal programa de auxílio à gestão, na medida em que torna possíveis as ações voltadas à conservação ecossistêmica, previstas e consolidadas no Plano de Gestão.

O Plano de Gestão, principal instrumento de auxílio às ações na UC, efetiva a gestão territorial, a partir das normas estabelecidas e das restrições legais acordadas nas reuniões participativas. Assim sendo, observa-se a influência e as imbricações dos fundamentos jurídicos na gestão do território, por meio da legitimação do uso e do zoneamento das parcelas do espaço.

Assim sendo, a gestão territorial da RDS Igapó Açu centra-se no exercício das ações do chefe da UC e do Conselho Gestor. As atribuições do gestor da UC são: gerenciamento e administração do escritório; manutenção dos equipamentos e da infraestrutura da UC; interação e articulação com os atores sociais envolvidos na gestão da UC; monitoramento das atividades no contexto das parcerias; organização e execução de reuniões participativas e da logística para as ações da UC; acompanhamento de toda e qualquer ação realizada na UC; divulgação das políticas ambientais desenvolvidas na UC nos municípios envolvidos; e a presidência do Conselho Deliberativo, quando necessário.

Desta forma, o Conselho é constituído por representantes dos órgãos públicos, de empresas e da sociedade civil, e é por meio desse espaço dialógico que inúmeros resultados satisfatórios se configuraram e se configuram, devido à inserção social dos atores sociais envolvidos nas políticas ambientais do estado do Amazonas. Assim sendo, a criação dos Conselhos Gestores ampliou a rede de relações e dos fluxos comunicacionais, favorecendo e fortalecendo a organização social dos povos tradicionais, por meio da troca de saberes.

A gestão territorial perpassa o âmago do Conselho Gestor e da atuação do chefe de UC, na medida em que o processo de tomada de decisão corrobora-se a por meio da congruência entre esses dois atores sociais. Observa-se, assim, a necessidade de aprofundamento da análise da relação estabelecida entre esses atores sociais e os povos residentes na RDS Igapó Açu.

### ***Matriz F.O.F.A.: fragilidades e potencialidades da gestão territorial***

A partir da compreensão dos fundamentos jurídicos da gestão territorial da RDS Igapó Açu, tornou-se possível analisar as fragilidades e potencialidades dessa gestão e seus desdobramentos. A principal metodologia utilizada para esse processo analítico, conforme prescrito na introdução foi a Matriz F.O.F.A. Cabe reiterar que essa matriz constitui-se por quatro grandes dimensões que perpassam o âmago da gestão territorial: fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Fortalezas e fraquezas são fatores internos ao órgão gestor e à UC, são os pontos positivos e negativos identificados. As ameaças são os fatores externos que, na atualidade, escapam da governabilidade e do governo; e as oportunidades podem ser tanto fatores internos como fatores externos almejados no futuro pelos residentes da UC.

Os residentes das duas comunidades da RDS Igapó Açu participaram efetivamente da construção da matriz, entrando em consenso sobre os elementos elencados. Após a explicação da importância dessa metodologia e de como executá-la, os residentes debateram sobre os principais problemas e benefícios advindos da criação da UC.

Entendido o objetivo da matriz, foram distribuídas tarjetas de cores diferentes, correspondentes aos elementos que se pretendia identificar. Assim sendo, os

residentes começaram a elencar as fortalezas, as oportunidades, as fraquezas e as ameaças, existentes na RDS Igapó Açu. O desenvolvimento da oficina contou com o apoio de mais três pesquisadoras da Universidade Federal do Amazonas, dos cursos de mestrado e doutorado acadêmico.

As tarjetas foram coladas no painel feito com folhas de papel 4A0, dispostas na parede do Chapéu de Palha da comunidade. A disposição do painel objetivou a melhor visualização das tarjetas pelos residentes da UC, visto o elevado número de pessoas na oficina de construção da matriz. Após o término da metodologia, foi realizada uma discussão sobre os principais elementos elencados.

A BR-319 foi o fator, identificado nas discussões e na matriz, principal e consolidante das oportunidades, das fraquezas, e das ameaças. Bandeira e Floriano (2004) explicam a pluralidade de visões a respeito da criação e pavimentação das estradas, e afirmam que há variáveis positivas, como o transporte de pessoas e mercadorias, e variáveis negativas, como a inserção de circunstâncias propícias de incentivo à migração e ao desflorestamento. Esses autores destacam a importância da gestão territorial a partir do entendimento dessas particularidades neofílicas produzidas pelas rodovias.

Dessa forma, observa-se que a existência de modais rodoviários tem sido uma estratégia de desenvolvimento econômico utilizada pela Amazônia, na medida em que viabiliza um melhor escoamento da produção, fortalecendo a cadeia produtiva a partir da interligação direta entre os produtores e os consumidores. A agricultura familiar de áreas distantes dos centros urbanos passa a ter visibilidade direta com a construção de estradas, eliminando, em alguns casos, a figura do atravessador.

Esse fato evidencia-se consideravelmente na RDS Igapó Açu, e divide opiniões quanto aos impactos gerados, sejam eles positivos e/ou negativos. O transporte emerge, nesse sentido, como um fator transversal destacado na matriz, a partir da discussão da repavimentação da BR-319. Como consequência dessa transversalidade, a gestão territorial passou a ser amplamente discutida pelos residentes durante a oficina, pois as oportunidades e ameaças destacadas da BR-319 estão intimamente ligadas com as normas estipuladas e com a gestão do território.

Para fins analíticos optou-se, que cada elemento constituinte da Matriz F.O.F.A. fosse analisado passo a passo. O último tópico, que abarcará a relação e interação entre a gestão territorial e a governança, elucidará o processo interacional e interagente entre os elementos da matriz. Os resultados serão apresentados, respectivamente, e conduzidos a uma análise abrangente para que os fatores identificados possam ser elucidados de forma profícua.

### **Fortalezas e fraquezas**

Os fatores internos à comunidade na Matriz F.O.F.A são referentes às fortalezas e às fraquezas. Esses fatores, materializados internamente, ocorrem na comunidade, e não dependem, necessariamente, dos fatores externos. A observação desses fatores propiciou e propicia o entendimento da RDS Igapó Açu a partir de suas múltiplas particularidades. O quadro 01 apresenta essas singularidades por meio das fortalezas existentes na UC.

**Quadro 1:** Fortalezas identificadas na RDS Igapó Açu

Infraestrutura suficiente (educação, turismo);
Transporte de pessoas via BR-319;
Fortalecimento das organizações sociais;
Abundância de recursos naturais;
União entre os residentes;
Mais apoio financeiro à conservação ambiental;
Comunicação com outros municípios;
Manejo participativo dos quelônios (Projeto Pé-de-Pincha);
Inibição da entrada de madeireiros e pescadores comerciais;
Ambiente classificado como tranquilo e saudável pelos residentes;

Fonte: REZENDE, 2015

A infraestrutura referente à educação e ao turismo foi um dos pontos positivos destacados pelos residentes. As comunidades se sentem preparadas para desenvolver as atividades turísticas, nas festas temáticas e no dia-a-dia. Outro ponto benéfico destacado foi o transporte de pessoas pela BR-319. Apesar das críticas voltadas ao impedimento ou autorização da repavimentação da rodovia, a BR-319 continua sendo o principal modal que permite a circulação dos residentes aos outros municípios.

Outro fator elencado como uma fortaleza na RDS Igapó Açu foi o fortalecimento das organizações sociais, visto o desenvolvimento da ASSAM e os benefícios concedidos a partir da atuação dessa associação. Ademais, a abundância de recursos naturais, sobretudo pesqueiros, foi destacada também como fortaleza. Apesar do conflito existente entre a Comunidade São Sebastião do Igapó Açu e a Comunidade Nova Geração, a união entre os residentes foi realçada substancialmente, porém entre moradores da mesma comunidade.

Segundo os residentes as comunidades receberam maior apoio financeiro para a realização de atividades voltadas à conservação ambiental, mostrando a importância da implementação da UC para as comunidades e corroborando os objetivos previstos em sua institucionalização. A comunicação com outros municípios, outra fortaleza elencada, melhorou após a intervenção da chefe da UC, que executa as questões logísticas quando necessárias à alguma atividade importante para a RDS Igapó Açu.

O Projeto Pé-de-Pincha foi elencado em meio às fortalezas da RDS, na medida em que propõe e executa o manejo participativo dos quelônios. Um trabalho desenvolvido pela Universidade Federal do Amazonas que obteve e obtém êxito, pois aumentou significativamente o número de quelônios nas comunidades.

A RDS Igapó Açu é percebida pelos residentes como um ambiente tranquilo e saudável, fornecedor do fundamento necessário para a reprodução social. A implementação e configuração da UC trouxeram inúmeros benefícios, como visto anteriormente, e inibiu a entrada de madeireiros e pescadores comerciais externos às comunidades.

Assim sendo, observam-se os inúmeros benefícios proporcionados pela criação da UC, evidenciando a importância dessa política ambiental na gestão do território e na configuração da governança, em diferentes níveis, escalas e temporalidades. Entretanto, toda e qualquer política de cunho ambiental requer tempo para ser socialmente aceita e para efetivar resultados satisfatórios a todos os atores sociais envolvidos. Nesse sentido, o quadro abaixo mostra as fraquezas da RDS Igapó Açu, identificadas pelos residentes.

**Quadro 2:** Fraquezas identificadas na RDS Igapó Açu

Conflitos entre as comunidades por exploração dos recursos naturais;
Ausência de atuação local dos órgãos do governo;
Conflitos entre pescadores comerciais e os residentes;
Caça e pesca ilegal por meio do acesso pela BR-319;
Ausência de transporte para a comercialização dos produtos da agricultura familiar;
Ruídos na comunicação entre a Comunidade Nova Geração e a chefe da UC;
Ausência de apoio à agricultura;
Inexistência de planejamento para o desenvolvimento do turismo;

Fonte: REZENDE, 2015

O conflito entre as comunidades por exploração dos recursos naturais foi a principal fraqueza elencada pelos residentes. Essa relação conflituosa conferiu e confere o ordenamento territorial da RDS Igapó Açu, na medida em que organiza os objetos espaciais a partir das espacialidades existentes e das relações conflituosas traçadas. Além desse fator, a ausência de atuação dos órgãos do governo dificulta o desenvolvimento local, devido à omissão de apoio voltado à agricultura, sobretudo ao transporte dos produtos da agricultura familiar.

Observa-se que outro conflito existente nas comunidades corrobora-se a partir das relações de interesse antagônicas entre os pescadores comerciais e os residentes. Existe um profundo descontentamento advindo da invasão das áreas de pesca por pessoas externas às comunidades. As invasões e suas consequências, como a caça e a pesca ilegal, são facilitadas pelo acesso à UC pela BR-319.

O desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo, como a pesca esportiva, o contato com o boto, e a realização de festas temáticas, é um anseio dos residentes de ambas as comunidades. Partindo dessa contextualização, o turismo passa a ser um elemento central de congruência entre as comunidades, devido aos interesses similares de participação nessas atividades, podendo ser um fator de mitigação de conflitos territoriais. Além de compatibilizar interesses divergentes, a renda obtida por meio do turismo pode obstar os conflitos por pesca, por meio da complementação à renda principal da comunidade, advinda da pesca. Dessa forma, observa-se que a falta de planejamento das atividades voltadas ao turismo, fraqueza identificada pelos residentes, ancora uma série de consequências às comunidades.

A diminuta comunicação entre os comunitários e os representantes do DMUC foi outra fraqueza elencada pelos residentes da Comunidade Nova Geração. Esta comunidade afirmou que as ações voltadas à RDS concentram-se na Comunidade

São Sebastião do Igapó Açu, deixando a Comunidade Nova Geração distante das atividades da UC.

As inúmeras fortalezas citadas mostram a importância e a eficiência da gestão territorial da RDS Igapó Açu por parte da chefe da UC. Entretanto, várias fraquezas foram elencadas, relacionadas aos ruídos de comunicação e a insuficiente fiscalização de crimes ambientais, ampliando a escala dos problemas para a participação dos órgãos do governo. O tópico seguinte evidenciará as oportunidades e as ameaças identificadas pelos residentes, e os desdobramentos da Matriz F.O.F.A. no que se refere aos fatores externos à UC.

### **Oportunidades e ameaças**

As oportunidades referem-se tanto aos fatores externos quanto aos fatores internos à UC. Na RDS Igapó Açu foram identificados 08 fatores característicos dessas oportunidades listadas, conforme se pode observar no Quadro 03. Diversas foram as oportunidades listadas, entretanto, a destacada pelas duas comunidades foi a necessidade de instalação da rede de Internet para a divulgação das festas temáticas e para o contato com familiares distantes. O desenvolvimento de infraestrutura na área de saúde também foi elencado, devido à inexistência de postos nas comunidades. A BR-319 também apareceu como uma oportunidade na RDS Igapó Açu, na medida em que pode horizontalizar a relação produtores/consumidores por meio da infraestrutura para o transporte dos produtos.

**Quadro 3:** Oportunidades identificadas na RDS Igapó Açu

Internet para divulgação dos eventos temáticos;
Desenvolvimento de infraestrutura de saúde;
Transporte para levar os produtos da agricultura até Manaus;
Cursos voltados à conservação ambiental;
Formação de professores para atuar na comunidade;
Máquinas para trabalhar na terra (tratores);
Cooperativa ativa para agricultores e pescadores;
Apoio efetivo e integral para as ações de conservação ambiental;

Fonte: REZENDE, 2015

Os cursos voltados à conservação ambiental e o apoio efetivo e integral voltado às ações de conservação também foram identificados como oportunidades. A educação na RDS Igapó Açu apresenta alguns entraves, como foi explicitado nos capítulos anteriores, porém um dos desafios a serem superados é a formação de professores para atuação na UC, visto que a maioria dos professores residentes não possui ensino superior completo.

As ações e instrumentos voltados à agricultura foram amplamente discutidos e elencados como oportunidades à UC, visto a importância dessa atividade no cotidiano e, principalmente, nos períodos de defeso. Destaca-se, nesse sentido, a carência de máquinas para trabalhar na terra e a ausência de uma cooperativa ativa para os agricultores e pescadores. A dificuldade de implementação desse último

fator (cooperativas) deve-se à desunião entre os residentes das duas comunidades que compõe a RDS Igapó Açu, elencado como fraqueza no tópico anterior.

Partindo desse contexto, tornou-se necessário evidenciar as ameaças identificadas, com vistas à melhor compreensão dos fatores externos que podem influir consideravelmente no delineamento e no desenvolvimento da RDS Igapó Açu. O Quadro 04 apresenta as ameaças mencionadas pelos residentes.

**Quadro 4:** Ameaças identificadas na RDS Igapó Açu

Queimadas, desmatamento, lixo, e invasão com a repavimentação da BR-319;
Entrada de pessoas externas à comunidade para instalação de empreendimentos;
Promessas que não serão cumpridas;
Turismo sem planejamento;
Caça de animais silvestres por pessoas de fora;
Redução do estoque pesqueiro;
Denúncias de crime ambiental destinadas aos residentes;
Ausência de fiscalização pelos órgãos responsáveis;

Fonte: REZENDE, 2015

Nove fatores foram caracterizados como ameaças na RDS Igapó Açu, voltados, em sua maioria, para os impactos negativos que podem porventura surgir com a repavimentação da BR-319. Dentre os fatores negativos ligados à repavimentação da rodovia, destacam-se as queimadas, os acidentes resultantes da precária sinalização, o descarte de resíduos sólidos em locais impróprios, e as invasões.

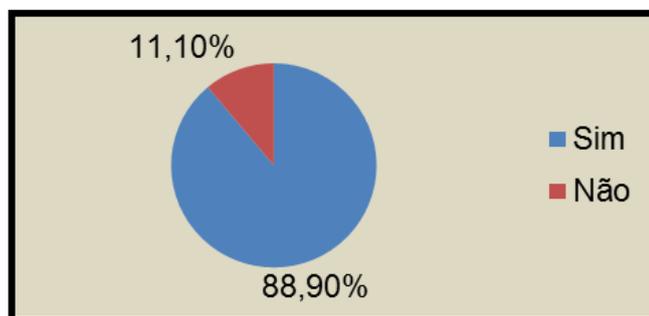
A afirmação e a promessa de asfaltamento de todo o trecho da BR-319 é considerada como um sofisma pela maioria dos residentes, devido à demora na liberação das obras. Ao mesmo tempo em que consideram a rodovia como uma oportunidade, a consideram como uma ameaça, pois a simples repavimentação sem o planejamento e o auxílio dos órgãos competentes sugere diversos problemas ambientais, em todas as suas esferas contemplativas.

Segundo os residentes, o asfaltamento da rodovia impulsionaria um turismo sem planejamento, pois haveria uma pressão por uma infraestrutura inexistente e isenta de apoio governamental. Os resultados dessa falta de planejamento seriam o aumento de crimes ambientais, da caça de animais silvestres por pessoas externas às comunidades, e a redução do estoque pesqueiro ocasionado pelo mau planejamento da pesca esportiva promovida pelo turismo.

### ***Imbricação entre governança e gestão territorial***

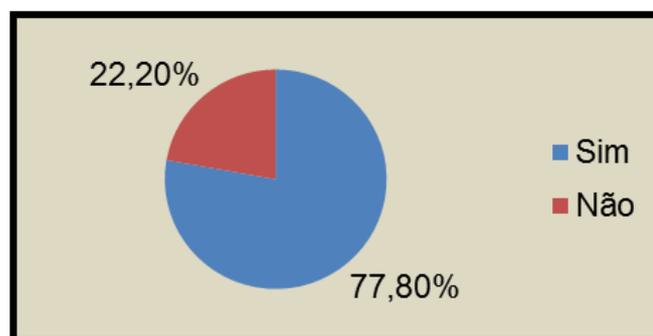
Os pontos negativos identificados envolvem a atuação de múltiplos órgãos do Estado e de outras instituições, revelando a imprescindibilidade do papel do Conselho Gestor como facilitador político na rede de articulação dos atores sociais. Alinhado a isso está a importância da execução e cumprimento das metas prevista no Plano de Gestão. Segundo entrevistas realizadas durante o trabalho de campo,

pode-se observar o significativo envolvimento dos residentes no conhecimento e elaboração do Plano de Gestão da RDS Igapó Açu (Gráfico 1).



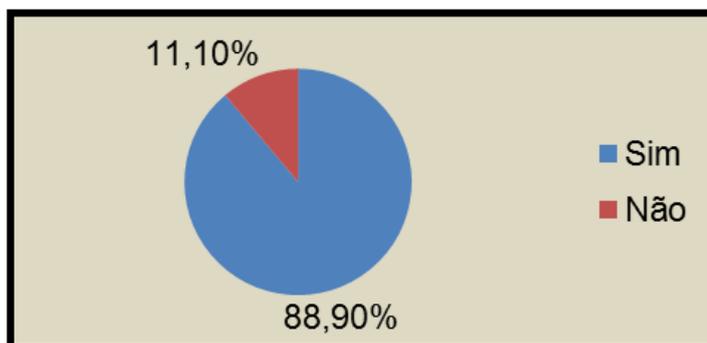
**Gráfico 1:** Conhecimento acerca do Plano de Gestão. Fonte: REZENDE, 2015

O gráfico 1 evidencia que 88,90% das famílias da RDS Igapó Açu têm conhecimento do Plano de Gestão da UC. A participação social no processo de criação do Plano de Gestão e de tomada de decisão é uma obrigação legal da gestão territorial, prevista em lei. Porém, em muitas UC esses processos não são democratizados, sendo então um fator positivo importante encontrado na RDS Igapó Açu. Quanto à participação nas reuniões para a criação da UC, os resultados apresentam uma razoável variação (Gráfico 2).



**Gráfico 2:** Participação nas reuniões para a criação da UC. Fonte: REZENDE, 2015

Observa-se que 77,80% das famílias participaram das reuniões para a criação da RDS Igapó Açu, um dado que mostra a expressividade da participação social nas políticas ambientais desenvolvidas na área de estudo. Os conflitos territoriais, presentes atualmente na UC, em sua totalidade prescindiram a implementação da RDS, sendo conflitos geracionais que acabaram por conferir o ordenamento territorial atual. Em entrevistas com os residentes, foram apontadas algumas mudanças significativas que ocorreram após a criação da UC, todas consideradas positivas (Gráfico 3).

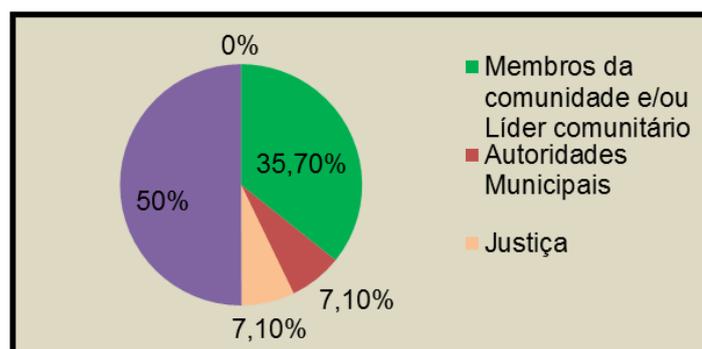


**Gráfico 3:** Mudanças ocorridas na RDS Igapó Açu. Fonte: REZENDE, 2015

O aumento do estoque pesqueiro e da caça, e a abundância de recursos naturais foram as principais mudanças identificadas advindas do processo de criação da UC e da execução das metas estipuladas no Plano de Gestão. Em alguns aspectos, as reuniões participativas contribuíram para a condensação dos interesses antagônicos, anteriormente difíceis de serem acordados por meio da diplomacia.

Após a transformação da área em UC os conflitos foram significativamente mitigados. Isso ocorreu devido à forte dependência relacional estabelecida para as atividades voltadas à conservação ambiental entre as duas comunidades. Além desse fator, o turismo emerge como um importante instrumento de mitigação das relações conflitivas, pois necessita para sua realização da condensação de interesses de ambas as comunidades. Quando indagados em casos de acentuação dos conflitos, as famílias da RDS Igapó Açu afirmaram recorrer a diferentes atores sociais (Gráfico 4).

O Gráfico 4 mostra a quem os residentes recorrem em caso de acentuação dos conflitos territoriais. Os resultados indicam que 50% das famílias recorrem à gestora da UC, 35,70% recorrem aos membros da comunidade e aos líderes comunitários, e 7,10% recorrem às autoridades municipais e à justiça. Os dados evidenciam a atuação dos principais atores sociais atuantes na configuração da governança ambiental da RDS Igapó Açu, que é a chefe da UC e as lideranças comunitárias.



**Gráfico 4:** Atores sociais recorridos pelas famílias em caso de acentuação dos conflitos. Fonte: REZENDE, 2015

Observa-se uma relação de interdependência entre os residentes e a atuação do DEMUC, visto o encadeamento dos diferentes interesses voltados à conservação ambiental. A chefe da UC objetiva assegurar as metas contidas no Plano de Gestão. Os residentes objetivam garantir as condições ambientais necessárias para a

reprodução social de suas famílias. Dessa forma, há uma relação de simbiose, na qual os conflitos mitigam-se em favor da sustentabilidade ambiental.

Dessa forma, a gestão territorial insere-se em meio a uma miríade de conflitos, porém a execução dessa gestão não apresenta problemas significativos, devido à congruência de interesses diferenciados no que concerne à conservação ambiental e à garantia da sustentabilidade, em suas múltiplas facetas.

### Considerações Finais

Gestar uma Unidade de Conservação requer a compreensão de diversos elementos, econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais. A rede de articulação política que se materializa via gestão envolve questões mais amplas, questões de governança ambiental. Nesse sentido, os pontos negativos elencados pelos residentes da UC refletem problemas de ordem de governança, pois transcendem a abrangência da gestão territorial.

Desta forma, a elucidação dos pontos positivos e negativos da gestão territorial da RDS Igapó Açu permitiu uma análise clara da tessitura da governança ambiental, visto a linha tênue entre a gestão do território e sua governança. Essa governança constitui-se por meio da interação entre a governabilidade e o governo, e sua expressão prática desenvolve-se por meio da gestão territorial.

A consciência ecológica permite a coexistência de conflitos territoriais e uma gestão territorial participativa em comunidades dissidentes, pois a preocupação com a conservação ambiental transcende os conflitos de interesses, pois os recursos naturais são a base para a reprodução social dessas comunidades, logo, são conservados.

Portanto, pode-se afirmar que a governança na RDS Igapó Açu é uma governança democrática, pois os residentes participaram efetivamente desde a criação até o desenvolvimento dessa RDS. Entraves existem, entretanto, as fortalezas e oportunidades são expressivas. As ameaças e fraquezas necessitam da imbricação entre os atores sociais que constituem a rede de articulação política, logo, necessitam de estratégias de governança.

### Referências

AMAZONAS. **Decreto N° 28.420**, de 22 de julho de 2014. Aprova o Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu. Manaus, 2014.

BANDEIRA, C.; FLORIANO, E. P. **Avaliação de impacto ambiental de rodovias**. Santa Rosa: ANORGS, 2004.

BRASIL. **Lei N° 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. **Decreto N° 4.340**, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, 2002.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA (IMAZON). **Conselhos de Unidades de Conservação: Guia sobre sua criação e seu funcionamento**. Belém: Pará, 2013.

LADWIG, N. I.; SCHWALM, H. **Planejamento e gestão territorial: reflexões interdisciplinares**. Santa Catarina: Editora Insular, 2014.

MAFRA, F.; SILVA, A. **Planejamento e Gestão do Território**. Coleção Inovação e Governança nas Autarquias. Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004.

NASCIMENTO, L. F. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. Florianópolis: UAB, 2012.

SECRETÁRIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu**. Careiro: SDS, 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Roteiro para a elaboração de planos de gestão para as Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas**. Manaus: SDS, 2006.